



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 7.786/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA/SP**, com sede à Praça Hilmar Machado de Oliveira, 102, centro, nesta cidade de Garça/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo Menor valor unitário, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Municipal nº 96/2023, do Decreto Municipal nº 9.662/2022 e as exigências estabelecidas neste Edital. Todas as legislações municipais estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Garça, através do site <https://www.garca.sp.gov.br/>, no menu “Legislação”.

JULGAMENTO: Menor valor unitário.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00hs do dia 04/08/2026 até às 09:00 hs do dia 24/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:01 hs do dia 24/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 hs do dia **24/08/2026**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado”

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Dr. Rafael Paes de Barros nº 129, Centro

E-mail: licitacoes@garca.sp.gov.br

Telefone: 14-3407.6606

OBJETO: Aquisição e instalação de playgrounds para os alunos da Emeief Profª Norma Mônico Truzzi, Enei Julio (Julinho) Marcondes De Moura, através das emendas impositivas nº 38 e 45, de acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações do Brasil**.

2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Garça, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Bolsa de Licitações e Leilões - BLL", constante da página eletrônica, no endereço www.bllcompras.org.br.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

3.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4. DO CREDENCIAMENTO E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - O presente Pregão será exclusivo para participação de **PEQUENAS EMPRESAS (Microempresas – ME; Empresas de Pequeno Porte – EPP ou empresário individual enquadrado nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, que atenderem as exigências para habilitação)**.

4.2 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações do Brasil**.

4.3 - É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



4.4 – Poderão participar do certame as empresas que **não** se enquadrem nas vedações de participação previstas no Artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.5 - Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação salvo quando apresentado o comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, que tenha sido declarada impedida ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

4.6 - O licitante, sob pena de desclassificação, deverá declarar na proposta apresentada, conforme modelo Anexo III deste edital, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, de acordo com o disposto no § 1º do Artigo 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.7 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.8 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

4.9 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema BLL, ficando a cargo do(a) licitante participante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/ Bolsa de Licitações do Brasil) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.10 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo VI para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme disposto no Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 - O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, designado Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder pedidos de esclarecimentos e impugnações formulados pelos fornecedores, relativos ao certame, proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para deliberação pertinentes a adjudicação e homologação da contratação, nos termos do Artigo 71 da Lei 14.133/2021.

5.2 - Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores da Prefeitura Municipal de Garça para prestar tais informações.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

5.3 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.4 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.5 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações do Brasil**.

5.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações do Brasil** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

5.8 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.9 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.10 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.11 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.12 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.12.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.12.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.12.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.12.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.12.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, salvo quando apresentado o comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

5.12.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.12.7 Aquelas que não estiverem enquadradas como Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP ou empresário individual;

5.13 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através do telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou e-mail: contato@bll.org.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, diretamente no sistema.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento das propostas.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

6.8 - Nos termos do inciso II, art. 63 da Lei 14.133/2021 será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

6.8.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.8.2 A falta de documento exigido em edital e não cadastrado na plataforma BLL, mas que esteja disponível no cadastro SICAF, estando dentro do prazo de validade, atenderá as exigências de habilitação deste edital.

6.9 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos estabelecidos no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

6.10 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto a sua regularidade fiscal, e no caso de apresentação de documentação fiscal e trabalhista que contenha alguma restrição, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei nº 123/2006.

6.11 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 6.10, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata ou revogar a licitação.

6.12 - A apresentação de declaração falsa relativa ao enquadramento da condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.1.1 Valor unitário;
- 7.1.2 Quantidade;
- 7.1.3 Marca/modelo (se houver);
- 7.1.4 Descrição detalhada do produto;
- 7.1.5 Valor global da proposta.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.6.1 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.7 - A marca dos itens, assim como suas especificações, deve atender as condições estabelecidas neste edital e no Termo de Referência, anexo ao edital, sob pena de desclassificação.

7.7.1 - Deverá ser apresentado junto com a proposta, catálogo/prospecto técnico ilustrativo dos itens ofertados, contendo as especificações técnicas, imagens e quaisquer outras informações relevantes para a avaliação do item, devendo o mesmo ser expresso em língua portuguesa.

7.8 - Encerrada a fase de lances, o licitante melhor classificado deverá anexar, imediatamente, os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, conforme Anexo II, podendo o Pregoeiro aguardar o prazo de até 02 (duas) horas para o envio.

7.8.1. Após anexados os documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do artigo 64, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8.1.1. O Pregoeiro poderá abrir ao licitante mais bem classificado, o prazo de até 2 (duas) horas, para que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, bem como dos documentos de habilitação.

7.8.1.2. Os documentos de habilitação solicitados pelo Pregoeiro e anexados pela proponente em um dos lotes do processo no qual a mesma foi a melhor classificada, serão considerados para todos os demais lotes em que estiver participando, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos.

7.9 - Para o cadastro da proposta no Portal eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL:

7.9.1 – Para **PRODUTOS**: quando esta for de fabricação própria e a marca do produto contenha elementos que permitem a identificação do licitante, deverá mencionar neste campo “Marca Própria”, sob pena de desclassificação, visando o princípio da não identificação do licitante nesta fase.

8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.2.1 Será desclassificada a proposta que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário da proposta.

8.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



- 8.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.10 - A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 segundos** após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10min** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2min** do período de duração da sessão pública.
 - 8.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2min** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.12 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.13 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10min, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e diretamente no Portal eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.
- 8.14 - O critério de julgamento adotado será o **menor valor unitário**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.16 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme normas jurídicas.
- 8.17 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.18- Em igualdade de condições havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021, persistindo o empate será assegurado a preferência:
- 8.18.1 - Por empresas brasileiras;
 - 8.18.2 - Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.18.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.19 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar, a fim de que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.20.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 8.20.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 horas**, a contar do envio da mensagem de solicitação, encaminhe a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



8.21 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.22 - O sistema informará a proposta classificada em primeiro lugar imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.23 - Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

8.24 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido no item 8.20.2, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou proposta ou o lance subsequente.

8.25 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.26 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.27 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da classificada em primeiro lugar.

9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1 - A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o valor oferecido após a etapa de lances, em 01 (uma) via, preferencialmente assinada digitalmente, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 8.21.2, deste Edital.

Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO I e III**, deste Edital e;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.
- e) Declaração de que conhece os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação e que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 - O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser fornecido nos termos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do edital.

9.3 - Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor valor unitário.

9.4 - No preço cotado deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao serviço até seu fornecimento.

9.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



10.1 - Para julgamento será adotado o critério de **menor valor unitário**, observada as especificações, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital e nos artigos 59, 60 e 61 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela municipalidade para a contratação.

10.3 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.4 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11. HABILITAÇÃO

Conforme **ANEXO II**.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS

12.1 - Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.2 - Nos Termos do Artigo 164 da Lei 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura do certame.

12.3 - Os pedidos de esclarecimentos e impugnação deverão ser realizados exclusivamente pela Bolsa de Licitações do Brasil.

12.4 - Caberá ao Pregoeiro designado, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Bolsa de Licitações do Brasil.

12.7 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

12.8 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.9 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.10 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12.11 - Ao final da sessão, o Pregoeiro designado concederá o prazo de **15 (quinze) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, podendo fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, devendo juntar em memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.12 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

12.13 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



12.14 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo.

12.15 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/21 o licitante/adjudicatário que:

13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e ainda, pelas infrações previstas artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

13.2 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

13.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.4 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.4.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

13.4.2 - Multas nos termos do Decreto Municipal nº 9.942/2023;

13.4.3 - Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Administração Municipal, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida, de acordo com o art. 156, § 4º e 5º da Lei 14.133/2021;

13.4.4 - Impedimento de licitar e de contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;

13.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



13.8 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Garça poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.11 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.12 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

13.14 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Contrato Administrativo, conforme minuta constante do Anexo IV.

14. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

A entrega dos produtos será conforme estabelecido no Termo de referência (Anexo I).

15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do Contrato.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do respectivo empenho e deverá ser encaminhamento ao Departamento de Controle da Prefeitura Municipal de Garça.

15.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

15.5. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Garça.

15.6. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Garça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

16.1 - Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto do contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - Pelos pagamentos devidos em razão das aquisições, responderão os recursos da dotação orçamentária: Ficha **1004 - 12.365.1200.1201.0010 4.4.90.52.00 - Equipamentos E Material Permanente / Ensinos**, já compromissados em valores compatíveis com o do objeto a ser adquirido e pelas dotações próprias do exercício seguinte, se necessário.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Garça revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE GARÇA** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

18.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento da Ata de Registro de Preços ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

18.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

18.8 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, designado Pregoeiro.

18.9 - A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

18.10 - Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

18.11 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Garça, Estado de São Paulo, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



18.12 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Garça, para eventuais dúvidas.

18.13 - A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

18.14 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.15 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

18.16 - As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 95 da mesma Lei já mencionada.

18.17 - Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 125, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.18 - As modificações ocorridas neste Edital obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.19 - À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante a indenização, seja a que título for.

18.20 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência do Objeto;
ANEXO II – Exigências Para Habilitação;
ANEXO III - Modelo da Proposta Comercial;
ANEXO IV – Minuta do Contrato;
ANEXO V – Termo de Ciência;
ANEXO VI - Declarações Unificadas;
ANEXO VII - Decreto Nº 9.829/2023;
ANEXO VIII - Decreto Nº 9.942/2023.

Garça, 01 de julho de 2026.

AMANDA QUINALHA DINIZ
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO I - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de brinquedos e playground infantil destinados à EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi e ao NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura, compreendendo o fornecimento de equipamentos recreativos, montagem, instalação, fixação e demais serviços necessários à plena execução do objeto, em conformidade com as especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação contempla playgrounds infantis adequados às respectivas faixas etárias atendidas por cada unidade escolar, observando critérios de segurança, acessibilidade, durabilidade, qualidade dos materiais e adequação pedagógica, visando proporcionar ambiente recreativo seguro, educativo e inclusivo aos alunos da rede municipal de ensino.

Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente aquelas relacionadas à segurança em playgrounds, resistência estrutural, prevenção de acidentes e utilização em ambientes escolares, bem como demais legislações correlatas vigentes.

A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento mais vantajoso para a Administração Pública, considerando a economicidade, eficiência, qualidade e atendimento ao interesse público.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	PLAYGROUND 2 TORRES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 10 ANOS. PARQUE INFANTIL COLORIDO COM 2 TORRES COM COBERTURA, MÓDULO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,05M2, COMPOSTO POR QUATRO VIGAS DE SUSTENTAÇÃO EM PLÁSTICO ECOLÓGICO FEITO EM POLÍMERO RECICLÁVEL (94% PLÁSTICO E 6% ADITIVO), MEDINDO NO MÍNIMO 119MM X 119MM COM REFORÇO INTERNO, INTERLIGADOS EM SUA BASE POR UM QUADRO DE METALÃO 20MM X 20MM, PAREDE 1,20MM, E AO CENTRO UM DECK FEITO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PIGMENTADO, MEDINDO 1000MM X 1000MM, FIXADA COM PARAFUSOS. TODOS OS PARAFUSOS UTILIZADOS DEVERÃO TER ACABAMENTOS EM PONTEIRAS EM PEAD, OBJETIVANDO A MAIOR SEGURANÇA DOS USUÁRIOS. COBERTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PIGMENTADO (COLORIDO), COM ADITIVOS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE PROLONGAM A MANUTENÇÃO DE SUA COLORAÇÃO ORIGINAL COM DIÂMETRO DE 1500MM X 600MM DE ALTURA. MEDIDAS (INSTALADA): ALTURA TOTAL APROXIMADA: 3100MM DE ALTURA POR 1000MM DE LARGURA X 1000MM DE COMPRIMENTO. ALTURA DO SOLO ATÉ O DECK: 1200MM, DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. INCLUSO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UM BALANÇO 2 LUGARES CONTENDO UMA BASE ACOPLADA E OUTRA BASE DE APOIO TIPO “A” FEITO EM TUBO INDUSTRIAL 2” CHAPA 18, VARÃO EM TUBO 2” CHAPA 13, CORRENTE GALVANIZADA 4,5MM LIGADOS AO VARÃO COM BUCHAS DE NYLON E PARAFUSOS, DOIS ASSENTOS EM POLIPROPILENO ROTOMOLDADO COLORIDO, MEDIDAS DO ASSENTO (46CM X 22,5CM). MEDINDO NO TOTAL: 2,40 X 2,00M, CASO NECESSÁRIO INCLUSO COM UM MÓDULO DE PROTEÇÃO E CONTENÇÃO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, COLORIDO, VAZADO, MEDIDA APROXIMADA: 800MM DE ALTURA X 990MM DE LARGURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UMA CERCA DE PROTEÇÃO, MÓDULO DE PROTEÇÃO E CONTENÇÃO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, COLORIDO, VAZADO, MEDIDA APROXIMADA: 800MM DE ALTURA X 990MM DE LARGURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UMA ESCADA ROTOMOLDADA, MÓDULO DE ACESSO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO EM ROTOMOLDADO PIGMENTADO (COLORIDO), COM ADITIVOS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE PROLONGAM A MANUTENÇÃO DE SUA COLORAÇÃO ORIGINAL, COM NO MÍNIMO CINCO DEGRAUS, MEDINDO: 1660M X 620MM. CONTENDO CORRIMÃO DE SEGURANÇA EM TUBO DE AÇO CARBONO REDONDO DE 1” CHAPA 18. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPÓXI, EM FORNO DE ALTA TEMPERATURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UMA ESCALADA DE TEIA, MÓDULO DE ACESSO CONFECCIONADO EM ESTRUTURA DE TUBO INDUSTRIAL 2”, CHAPA 13, COM CORDA DE POLIÉSTER DE 18MM, COM MALHA DE APROXIMADAMENTE 150MM X	UN	1	30.000,00	30.000,00



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



	150MM. CADA CRUZAMENTO DE MALHA SERÁ TRAVADO E INTERLIGADO POR DISPOSITIVO EM PLÁSTICO INJETADO, DISPENSANDO A UTILIZAÇÃO DE NÓ, DANDO ACABAMENTO E SEGURANÇA A CRIANÇA. MEDINDO: 730MM DE LARGURA X 1400MM DE COMPRIMENTO. PARTES METÁLICAS COM SOLDA MIG COM TRATAMENTO ANTIFERRUGENS E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPÓXI EM FORNO DE ALTA TEMPERATURA. ACOMPANHA PAR DE ALÇAS DE POIO EM TUBO DE AÇO. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UM ESCORREGADOR RETO, MÓDULO DE DESCIDA RETO CONFECCIONADO POLIETILENO ROTOMOLDADO PIGMENTADO (COLORIDO), COM ADITIVOS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE PROLONGAM A MANUTENÇÃO DE SUA COLORAÇÃO ORIGINAL, MEDINDO 2400MM X 510MM DE LARGURA (EXTERNO) E 420MM DE LARGURA (INTERNO) E 150MM DE ALTURA DE BORDA NAS LATERAIS, COM CURVATURA DE DESACELERAÇÃO NA EXTREMIDADE FINAL DO TRAJETO. BASE DE APOIO DE CHÃO EM TUBO 7/8". PORTAL EM ARCO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COLORIDO, VAZADO, MEDIDA APROXIMADA: 940MM DE ALTURA X 980MM DE LARGURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UMA PASSARELA RETA, MÓDULO DE PASSAGEM CONFECCIONADO EM ESTRUTURA DE METALÃO 40MM X 40MM, CHAPA 16, METALÃO 30MM X 200MM, CHAPA 18, METALÃO 30MM X 50MM CHAPA 18. GRADES DE SEGURANÇA EM AMBOS OS LADOS EM TUBO 1/2", PAREDE 1,20MM E FERRO CHATO 3/16 X 1,1/2. ASSOALHO RETO EM PLÁSTICOS ECOLÓGICOS, FIXADA COM PARAFUSO. BASE MEDINDO 1830MM DE COMPRIMENTO X 930MM DE LARGURA E GRADE DE SEGURANÇA 990MM DE ALTURA X 1830MM DE COMPRIMENTO. PARTES METÁLICAS COM SOLDA MIG COM TRATAMENTO ANTIFERRUGENS E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPÓXI EM FORNO DE ALTA TEMPERATURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. UM TOBOGÃS 2 CURVAS 90º, MÓDULO DE DESCIDA CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO EM ROTOMOLDADO PIGMENTADO (COLORIDO), COM ADITIVOS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE PROLONGAM A MANUTENÇÃO DE SUA COLORAÇÃO ORIGINAL, DIÂMETRO DE 800MM COM DUAS CURVAS DE 90º EM POLIPROPILENO ROTOMOLDADO, COM PAINEL DE PLÁSTICO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA E AO PISO COM SEÇÃO DE SAÍDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A CERTIFICAÇÃO, SEGURANÇA, BEM COMO A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA APLICADA PARA A FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO SENDO: DA SEGURANÇA DO PLAYGROUND: 1 - CERTIFICADO: ABNT NBR 16071:2021 PLAYGROUNDS - PARTE 2, 4,5 E 7; ACREDITADO DO INMETRO, EM NOME DA FABRICANTE DENTRO DE SUA VALIDADE. 2 - NBR NM 300-1-2011 (ANÁLISE DE BORDAS CORTANTES E PONTAS AGUDAS). 3 - COMPROVANDO O PESO ESTATICO DA PLATAFORMA ROTOMOLDADA COM RESULTADO DA MASSA CALCULADA DE NO MÍNIMO 185KG. – DA MATÉRIA PRIMA PLÁSTICO ROTOMOLDADO: RELATÓRIO DE ACORDO COM A ABNT NBR 16762: DENSIDADE POR IMERSÃO, MÁXIMA DE 0,93(G/CM³); ÍNDICE DE FLUIDEZ (MFI) MÁXIMA DE 3,8(G/10 MIN); DEFLEXÃO TÉRMICA (HDT) MÁXIMA DE 70,5(°C); TEMPERATURA DE AMOLECIMENTO VICAT, MÁXIMA DE 116,5(°C); TRAÇÃO COM ELASTICIDADE; MÁXIMA DE 1,01(GPA), TENSÃO NA RUPTURA MÁXIMA DE 11,00(MPA); FLEXÃO MÁXIMA DO MODULO ELÁSTICO 0,85(GPA), E TENSÃO DE FLEXÃO A 5% MÁXIMA DE 20,7(MPA); ENSAIO DE TESTE DE QUALIDADE DE COLORIMETRIA DO POLÍMERO SENDO (?E*) SEJAM MENORES OU INFERIORES (-) A 4,80 APÓS 5.000 (CINCO MIL) HORAS DE ENVELHECIMENTO ACELERADO. DA MATÉRIA PRIMA (PARTES METÁLICAS): 1 - ABNT NBR 8095:2015 - DE NO MÍNIMO 7000 HORAS; NBR 5841: 2015 E NBR ISO 4628-3: 2022; 2 - ABNT NBR 10443:2008, COM A CAMADA MÍNIMA MÉDIA DE 235?M; NBR 11003/2009				
2	PLAYGROUND BABY 2 TORRES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE ATÉ 3 ANOS. PARQUE INFANTIL COLORIDO COM 2 TORRES, TENDO SUA ESTRUTURA PRINCIPAL COM VIGAS QUADRADAS DE SUSTENTAÇÃO EM PLÁSTICO ECOLÓGICO FEITO EM POLÍMERO RECICLÁVEL (94% PLÁSTICO E 6% ADITIVO), COM CADA LADO DE 90MM A 120 MM, REVESTIDA COM ACABAMENTO PIGMENTADO COR SIMILAR A MADEIRA, CONTENDO OS SEGUINTE COMPONENTES ABAIXO RELACIONADOS COM TODAS AS MEDIDAS MÍNIMAS SUGERIDAS E ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS PELA NORMA ABNT NBR 16071/2021 A SEGUIR COM TODAS AS MEDIDAS E TOLERÂNCIA DE ± 5%. DUAS TORRES COM COBERTURA, MÓDULO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,05M2, COMPOSTO POR QUATRO VIGAS QUADRADAS DE SUSTENTAÇÃO EM PLÁSTICO ECOLÓGICO FEITO EM POLÍMERO RECICLÁVEL (94% PLÁSTICO E 6% ADITIVO), COM CADA LADO DE	UN	1	25.900,00	25.900,00



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



90MM A 120 MM, COM REFORÇO INTERNO, E AO CENTRO UM DECK FEITO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PIGMENTADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1000MM X 1000MM, FIXADA COM PARAFUSOS. TODOS OS PARAFUSOS UTILIZADOS DEVERÃO TER ACABAMENTOS EM PONTEIRAS EM PEAD, OBJETIVANDO A MAIOR SEGURANÇA DOS USUÁRIOS. COBERTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 1500MM X 600MM DE ALTURA. MEDIDAS (INSTALADA): ALTURA TOTAL APROXIMADA: 3100MM DE ALTURA POR 1000MM DE LARGURA X 1000MM DE COMPRIMENTO. ALTURA DO SOLO ATÉ O DECK: 800MM, DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. INCLUSO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). UMA PASSARELA TÚNEL RETO ROTOMOLDADO, MÓDULO DE PASSAGEM CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO EM ROTOMOLDADO PIGMENTADO (COLORIDO), COM ADITIVOS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE PROLONGAM A MANUTENÇÃO DE SUA COLORAÇÃO ORIGINAL COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 760MM E 1700MM DE COMPRIMENTO. COM DOIS PAINÉIS DE SUSTENTAÇÃO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO MEDINDO APROXIMADAMENTE 980X980MM, COM FUROS CENTRAIS DE 760MM. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). UM JOGO DA VELHA, MÓDULO INTERATIVO E DECORATIVO COM QUADRO CONFECCIONADO EM METALÃO OU ROTOMOLDADO, CONJUNTO DE NOVE CUBOS EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO COLORIDO CONTENDO AS LETRAS (X) E (O), COM EIXO METÁLICO GIRATÓRIO. QUADRO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 940MM DE LARGURA X 820MM DE ALTURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). UMA CERCA DE PROTEÇÃO, MÓDULO DE PROTEÇÃO E CONTENÇÃO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, COLORIDO, VAZADO, MEDIDA APROXIMADA: 800MM DE ALTURA X 980MM DE LARGURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5% (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). DOIS ESCORREGADORES RETO PEQUENO, MÓDULO DE DESCIDA RETO CONFECCIONADO POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1650MM X 470MM DE LARGURA (EXTERNO) E 370MM DE LARGURA (INTERNO) E 130MM DE ALTURA DE BORDA NAS LATERAIS, COM CURVATURA DE DESACELERAÇÃO NA EXTREMIDADE FINAL DO TRAJETO. BASE DE APOIO DE CHÃO EM TUBO. PORTAL EM ARCO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COLORIDO, VAZADO, MEDIDA APROXIMADA: 940MM DE ALTURA X 980MM DE LARGURA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). UMA ESCADA ROTOMOLDADA PEQUENA, MÓDULO DE ACESSO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ROTOMOLDADO, COM DEGRAUS, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1000M X 620MM. CONTENDO CORRIMÃO DE SEGURANÇA EM TUBO. PINTURA ELETROSTÁTICA. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). UMA ESCADA MISTA ROTOMOLDADA, MÓDULO DE ACESSO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ROTOMOLDADO, COM DEGRAUS EM DESNÍVEIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1000M X 620MM. COM TODAS AS MEDIDAS COM TOLERÂNCIA DE + /- 5%. (MÓDULO CONSTANDO NO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071:2021 EM NOME DA FABRICANTE). APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A CERTIFICAÇÃO, SEGURANÇA, BEM COMO A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA APLICADA PARA A FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO SENDO: DA SEGURANÇA DO PLAYGROUND: 1 - CERTIFICADO: ABNT NBR 16071:2021 PLAYGROUNDS - PARTE 2, 4, 5 E 7; ACREDITADO DO INMETRO, EM NOME DA FABRICANTE DENTRO DE SUA VALIDADE. 2 - NBR NM 300-1-2011 (ANÁLISE DE BORDAS CORTANTES E PONTAS AGUDAS). 3 - COMPROVANDO O PESO ESTATICO DA PLATAFORMA ROTOMOLDADA COM RESULTADO DA MASSA CALCULADA DE NO MÍNIMO 185KG. – DA MATÉRIA PRIMA PLÁSTICO ROTOMOLDADO: RELATÓRIO DE ACORDO COM A ABNT NBR 16762: DENSIDADE POR IMERSÃO, MÁXIMA DE 0,93(G/CM³); ÍNDICE DE FLUIDEZ (MFI) MÁXIMA DE 3,8(G/10 MIN); DEFLEXÃO TÉRMICA (HDT) MÁXIMA DE 70,5(°C); TEMPERATURA DE AMOLECIMENTO VICAT, MÁXIMA DE 116,5(°C); TRAÇÃO COM ELASTICIDADE; MÁXIMA DE 1,01(GPA), TENSÃO				
--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



	NA RUPTURA MÁXIMA DE 11,00(MPA); FLEXÃO MÁXIMA DO MÓDULO ELÁSTICO 0,85(GPA), E TENSÃO DE FLEXÃO A 5% MÁXIMA DE 20,7(MPA); ENSAIO DE TESTE DE QUALIDADE DE COLORIMETRIA DO POLÍMERO SENDO (?E*) SEJAM MENORES OU INFERIORES (-) A 4,80 APÓS 5.000 (CINCO MIL) HORAS DE ENVELHECIMENTO ACELERADO. DA MATÉRIA PRIMA (PARTES METÁLICAS): 1 - ABNT NBR 8095:2015 - DE NO MÍNIMO 7000 HORAS; NBR 5841: 2015 E NBR ISO 4628-3: 2022; 2 - ABNT NBR 10443:2008, COM A CAMADA MÍNIMA MÉDIA DE 235?M; NBR 11003/2009.				
3	PISCINA DE BOLINHAS, MEDINDO 2,00 X 2,00M. ACOMPANHA 1500 BOLINHAS COLORIDAS. FABRICADA COM SISTEMA DE ENCAIXE PARA FACILITAR A MONTAGEM, FEITA EM AÇO GALVANIZADO, COM BASE EM MADEIRA REVESTIDA EM BAGUNZITO BRILHANTE. POSSUI PEZINHO EM BORRACHA NA MADEIRA PARA AUMENTAR A DURABILIDADE. MEDIDAS DO PRODUTO (CXLXA): 2,00 X 2,00 X 1,70M. ALTURA DA TÁBUA: 30CM. ALTURA DO CHÃO ATÉ A PONTA DO TOLDO: 1,70M. ALTURA DA HASTE: 1,50M. REDE LATERAL: MULTICOLORIDA. COLUNAS: REVESTIDAS COM ISOTUBOS, QUE PROPORCIONAM MAIOR SEGURANÇA. GARANTIA: 3 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UN	1	2.082,00	2.082,00
4	GANGORRA COM DUAS PRANCHAS E QUATRO LUGARES - ESTRUTURA DO CAVALETE DEVE SER CONFECCIONADA COM TUBO DE DUAS POLEGADAS, CHAPA MEDINDO 2,25MM COM NO MÍNIMO 1,20 M DE LARGURA, GANGORRA FEITA COM TUBO 1 ¼ , COM REFORÇO EMBAIXO MEDINDO NO MÍNIMO 2,00 M DE COMPRIMENTO, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ EPOX EM FORNO DE ALTA TEMPERATURA. LAUDO TÉCNICO DE ENSAIO DE RESISTÊNCIA À CORROSÃO DA PINTURA EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO CGCRE INMETRO PARA REALIZAÇÃO DESSE ENSAIO. RELATÓRIO DE ENSAIO DE TRAÇÃO EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, REFERENTE ÀS SOLDAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DOS MATERIAIS, EMITIDO EM NOME DA FABRICANTE, ONDE DEVERÁ FICAR COMPROVADO QUE AS AMOSTRAS UTILIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO, APRESENTARAM RUPTURA APÓS RECEBER UMA CARGA MÍNIMA DE 3.800 KGF	UN	1	1.200,00	1.200,00
5	GIRA GIRA CARROSSEL EM METAL/FERRO COM 6 LUGARES CONTENDO OS SEGUINTE COMPONENTES ABAIXO RELACIONADOS COM TODAS AS MEDIDAS MÍNIMAS SUGERIDAS E ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS PELA NORMA ABNT NBR 16071/2021 A SEGUIR COM TODAS AS MEDIDAS E TOLERÂNCIA DE ± 5%: CONFECCIONADO COM TUBO CENTRAL EM TUBO INDUSTRIAL DE 3"POL COM PAREDE DE 2 MM, EIXO INTERNO MACIÇO TREFILADO DE 30 MM COM 2 ROLAMENTOS DUPLOS 70 MM EMBUTIDOS NA PARTE INFERIOR E SUPERIOR, A SUPERFÍCIE COM TAMPA DE PROTEÇÃO DOS ROLAMENTOS EM AÇO INOX ESTRUTURA PARA APOIOS DOS ASSENTOS EM TUBO INDUSTRIAL DE 1.1/4 X 1,50 MM COM PONTEIRAS DE PROTEÇÃO DE ACABAMENTOS EM POLÍMERO COLORIDOS E TUBO DE 1" POL. COM PAREDE DE 1,50 MM, NA ESTRUTURA DO ASSENTO FORMANDO 3 ARCOS EM TUBO 7/8 X 1,50 MM PARA 6 LUGARES, TENDO 1,50MTS DE DIÂMETRO, PÉS TRAVADOS EM X COM TUBO DE 1.1/4 X 2,00 MM A BASE COM HASTES COM 4 REFORÇOS EM FERRO MECÂNICO DE 1/2 POL. TRATAMENTO ANTICORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ EPÓXI / POLIÉSTER DE ALTA DURABILIDADE SELADA EM ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA. (COMPONENTE CONSTANDO NO CERTIFICADO EM CONFORMIDADE DA ABNT NBR 16071/2021). TODAS AS PARTES METÁLICAS COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ANTICORROSÃO / ANTIFERRUGEM, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EM POLIÉSTER CORES A ESCOLHER, E SELADA EM ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA PARA MAIOR RESISTÊNCIA AO TEMPO. TODOS OS CHUMBADORES EM TUBOS / CANTONEIRAS EM AÇO GALVANIZADO. PROTETORES PLÁSTICOS COM CAPAS DE SEGURANÇA EM TODOS OS PARAFUSOS E PORCAS QUE FIQUEM EXPOSTOS AO ALCANCE DAS CRIANÇAS.	UN	1	2.440,19	2.440,19

1.1. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DOS EQUIPAMENTOS

Além das especificações individuais previstas para cada item, todos os playgrounds e brinquedos recreativos objeto desta contratação deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



I – As peças plásticas deverão ser fabricadas em polietileno rotomoldado ou material de qualidade equivalente ou superior, contendo aditivos de proteção contra radiação ultravioleta (UV), de forma a preservar suas características físicas e a estabilidade das cores durante a vida útil do equipamento;

II – Todos os parafusos, porcas e demais elementos de fixação acessíveis aos usuários deverão possuir capas ou ponteiros protetoras em material plástico resistente, de modo a eliminar arestas, pontas ou partes metálicas expostas;

III – Todas as partes metálicas deverão possuir tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento mediante pintura eletrostática a pó, curada em estufa, ou processo equivalente que assegure resistência às intempéries e elevada durabilidade;

IV – Os chumbadores, suportes de fixação e demais componentes destinados à instalação dos equipamentos deverão ser confeccionados em aço galvanizado ou material com proteção anticorrosiva equivalente;

V – Os componentes com partes móveis, tais como balanços, gangorras, gira-giras e outros equipamentos que possuam articulações, deverão utilizar rolamentos blindados ou sistema equivalente de igual ou superior desempenho, garantindo segurança, funcionamento adequado e maior vida útil;

VI – Os playgrounds deverão possuir, sempre que compatível com sua configuração, ao menos um painel ou elemento lúdico voltado à inclusão, contendo recursos de acessibilidade, tais como alfabeto em Libras, Braille ou solução pedagógica equivalente;

VII – Todos os equipamentos deverão apresentar acabamento uniforme, isento de rebarbas, arestas cortantes, fissuras, cantos vivos ou quaisquer imperfeições que possam comprometer a segurança dos usuários;

VIII – Os equipamentos deverão ser fornecidos completos, com todos os acessórios, elementos de fixação, componentes estruturais e materiais necessários à perfeita montagem, instalação e funcionamento, observando integralmente as normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis ao objeto.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar espaços adequados para atividades recreativas, pedagógicas e de desenvolvimento psicomotor, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a melhoria da infraestrutura das unidades escolares da rede municipal de ensino.

O produto final pretendido consiste na aquisição e instalação de conjuntos de playground com estrutura adequada às normas técnicas de segurança, incluindo equipamentos recreativos apropriados às diferentes faixas etárias, devidamente instalados em áreas apropriadas das unidades escolares, garantindo segurança, acessibilidade, funcionalidade e durabilidade.

A iniciativa visa promover o desenvolvimento integral das crianças por meio do estímulo às habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais, em ambiente seguro, acessível e compatível com as normas técnicas vigentes. Busca-se, ainda, ampliar e qualificar os espaços de recreação e aprendizagem, assegurando às crianças ambientes adequados ao brincar, à convivência e à aprendizagem lúdica.

A aquisição pretendida contribui diretamente para a melhoria da infraestrutura educacional do Município, ampliando as oportunidades de aprendizagem, interação social, bem-estar e desenvolvimento infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com as políticas públicas de valorização da primeira infância e com os princípios constitucionais relacionados à proteção integral da criança.

A disponibilização de playgrounds infantis nas unidades escolares constitui importante ferramenta de desenvolvimento físico e motor das crianças, proporcionando oportunidades para atividades físicas e brincadeiras ao ar livre, essenciais ao desenvolvimento saudável. Tais atividades auxiliam no aprimoramento da coordenação motora, equilíbrio, força, resistência física e percepção espacial.

Além disso, os playgrounds configuram ambientes de socialização, nos quais as crianças desenvolvem habilidades de convivência, cooperação, compartilhamento, resolução de conflitos e respeito mútuo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento emocional e social.

O brincar constitui elemento essencial da infância, sendo reconhecido como importante instrumento de aprendizagem, expressão, criatividade e construção do conhecimento. A brincadeira possibilita à criança investigar o mundo ao seu redor, criar situações imaginárias, desenvolver autonomia, criatividade e ampliar suas experiências cognitivas e afetivas.



Prefeitura Municipal de Garça

Estado de São Paulo

Departamento de Contratos e Licitações



A valorização do brincar, mediante a disponibilização de espaços adequados e brinquedos seguros, representa importante estratégia pedagógica de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, considerando que o brincar ocupa papel central no processo de desenvolvimento infantil.

Ademais, estudos demonstram que a prática regular de atividades recreativas e físicas possui impactos positivos sobre a saúde mental, redução do estresse e ansiedade, melhoria da concentração, atenção e desempenho acadêmico, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Ao proporcionar espaços adequados de lazer e recreação, a Administração Pública também promove hábitos saudáveis desde a infância, incentivando práticas de convivência social, atividades ao ar livre e melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.

Ressalta-se, ainda, que os atuais brinquedos utilizados pelas crianças nas unidades escolares encontram-se deteriorados em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo e das condições climáticas, não apresentando condições ideais de segurança para utilização pelos alunos. Dessa forma, a substituição e modernização dos equipamentos tornam-se medidas necessárias para prevenção de acidentes e garantia da integridade física das crianças.

A contratação visa, portanto, assegurar a disponibilização de playgrounds de qualidade, fabricados em conformidade com as normas de segurança e prevenção de acidentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, garantindo maior segurança, resistência, durabilidade e adequação ao ambiente escolar.

Importante destacar que o direito ao lazer, à convivência comunitária, à dignidade e ao desenvolvimento integral da criança encontra amparo na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, cabendo ao Poder Público implementar políticas públicas que assegurem tais direitos de forma efetiva.

Nesse contexto, a presente contratação atende ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, configurando medida necessária e adequada para melhoria das condições educacionais e de desenvolvimento das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na aquisição e instalação de playgrounds infantis e brinquedos recreativos destinados à EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi e ao NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura, contemplando equipamentos apropriados às faixas etárias atendidas em cada unidade escolar, observando critérios de segurança, qualidade, acessibilidade, durabilidade e funcionalidade.

A contratação deverá compreender o fornecimento integral dos equipamentos, transporte, montagem, instalação, fixação, testes de estabilidade e segurança, bem como todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

Os playgrounds deverão ser confeccionados com materiais resistentes às ações climáticas, ao desgaste natural decorrente do uso contínuo e às condições típicas de utilização em ambiente escolar, priorizando soluções que apresentem elevada durabilidade, baixa necessidade de manutenção corretiva e maior vida útil do equipamento.

Considerando o ciclo de vida do objeto, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a solução escolhida busca assegurar não apenas o menor custo inicial de aquisição, mas também a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública ao longo de toda a utilização dos equipamentos, levando em consideração aspectos relacionados à qualidade, resistência, manutenção, segurança, sustentabilidade e durabilidade.

Os equipamentos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis a playgrounds infantis, incluindo requisitos de fabricação, estabilidade, segurança estrutural, proteção contra acidentes, acabamento, ergonomia e acessibilidade, visando garantir a integridade física e o bem-estar dos usuários.

A solução contempla, ainda, a instalação dos playgrounds em locais adequados dentro das unidades escolares, observando condições de segurança, nivelamento, fixação apropriada e compatibilidade com o espaço físico disponível, garantindo plena funcionalidade dos equipamentos e segurança na utilização pelas crianças.

A contratação também busca reduzir custos futuros relacionados à manutenção frequente de brinquedos deteriorados ou inadequados, promovendo maior eficiência administrativa e racionalização dos recursos públicos.

Sob o aspecto ambiental e de sustentabilidade, deverão ser priorizados materiais de qualidade, resistentes e apropriados para utilização prolongada, contribuindo para a redução da necessidade de substituições recorrentes e minimização de impactos ambientais decorrentes do descarte precoce de equipamentos.

A solução mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, atendendo às necessidades das unidades escolares, promovendo melhoria da infraestrutura educacional, fortalecimento das práticas pedagógicas relacionadas ao brincar e garantia de espaços seguros e adequados ao desenvolvimento integral das crianças.

4. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de preços para a presente contratação foi elaborada pelo Departamento de Compras e Suprimentos do Município, mediante realização de pesquisa de mercado e cotação junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto licitado, observando os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



Os valores referenciais estimados para aquisição e instalação dos equipamentos são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	PLAYGROUND 2 TORRES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 10 ANOS	R\$ 30.000,00
02	PLAYGROUND BABY 2 TORRES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE ATÉ 3 ANOS	R\$ 25.900,00
03	PISCINA DE BOLINHAS, MEDINDO 2,00 X 2,00M, ACOMPANHADA DE 1.500 BOLINHAS COLORIDAS	R\$ 2.082,00
04	GANGORRA COM DUAS PRANCHAS E QUATRO LUGARES	R\$ 1.200,00
05	GIRA-GIRA CARROSSEL EM METAL/FERRO COM 6 LUGARES	R\$ 2.440,19

O valor total estimado da contratação corresponde à soma dos itens constantes da planilha de preços referenciais (R\$ 61.622,19).

A pesquisa mercadológica levou em consideração valores praticados por empresas especializadas no fornecimento de playgrounds e equipamentos recreativos infantis, observando padrões de qualidade, certificações técnicas, custos de transporte, instalação e garantia dos produtos.

Os valores estimados servirão como referência para análise da aceitabilidade das propostas apresentadas no certame licitatório, nos termos da legislação vigente.

5. SELEÇÃO DE AMOSTRA

Para fins de comprovação da conformidade técnica dos produtos ofertados, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogo ilustrativo, prospecto técnico ou documentação equivalente dos equipamentos ofertados, contendo todas as informações necessárias à análise técnica do objeto.

Os catálogos deverão conter, obrigatoriamente:

- Imagens ilustrativas dos equipamentos;
- Descrição detalhada dos produtos;
- Medidas e dimensões;
- Materiais utilizados na fabricação;
- Características técnicas;
- Faixa etária recomendada;
- Informações sobre instalação;
- Certificações e laudos técnicos exigidos;
- Informações relativas à segurança e conformidade com normas técnicas aplicáveis;
- Demais especificações pertinentes ao objeto licitado.

A Administração poderá promover diligências para verificação da compatibilidade entre os produtos ofertados e as especificações constantes do Termo de Referência, podendo desclassificar propostas que não atendam integralmente às exigências estabelecidas.

A apresentação dos catálogos e documentos técnicos visa assegurar a aquisição de equipamentos adequados, seguros, duráveis e compatíveis com as necessidades das unidades escolares.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante:

- I – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo Edital;
- II – Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de servidor designado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela Contratada;
- IV – Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, instalação ou funcionamento dos equipamentos;
- V – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;
- VI – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;
- VII – Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para adequada execução do objeto;
- VIII – Permitir acesso dos representantes e funcionários da Contratada aos locais de entrega e instalação dos equipamentos, desde que devidamente identificados;
- IX – Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- X – Zelar pelo interesse público e pela adequada utilização dos equipamentos após sua instalação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação vigente, no Edital e neste Termo de Referência:

- I – Fornecer e instalar os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada;
- II – Garantir que todos os produtos atendam rigorosamente às especificações técnicas exigidas, bem como apresentar toda a documentação técnica obrigatória pertinente ao objeto licitado;
- III – Cumprir integralmente os prazos de entrega e instalação estabelecidos pela Administração;
- IV – Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, descarga, montagem, instalação e demais custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto;
- V – Entregar os equipamentos devidamente montados, instalados e em perfeitas condições de uso e segurança;
- VI – Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual;
- VII – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, irregularidades ou desconformidades;
- VIII – Apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, todos os certificados, laudos e relatórios técnicos exigidos neste Termo de Referência;
- IX – Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- X – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

a. DA SEGURANÇA DO PLAYGROUND

A licitante vencedora deverá apresentar, após a declaração de vencedora, os documentos técnicos vigentes que comprovem a certificação, segurança e qualidade dos equipamentos fornecidos, incluindo:

a) Certificação obrigatória

Certificado de conformidade com a ABNT NBR 16071:2021 – Playgrounds, acompanhado de Certificado/Autorização para Uso do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, emitido por Organismo de Certificação de Produtos – OCP acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, em nome da fabricante e dentro do prazo de validade.

A exigência tem por finalidade comprovar que os equipamentos atendem aos requisitos técnicos e de segurança previstos nas normas aplicáveis para playgrounds infantis.

b) Relatórios técnicos obrigatórios

Apresentação de relatórios técnicos contendo:

- Comprovação do peso estático da plataforma plástica rotomoldada, com resultado da massa calculada mínima de 185 kg;
- Relatório conforme ABNT NBR NM 300-1:2011 – Segurança de Brinquedos – Parte 1 – Propriedades Gerais, Mecânicas e Físicas, contemplando análise de bordas cortantes e pontas agudas.

As exigências acima têm por objetivo assegurar resistência estrutural e segurança dos equipamentos utilizados pelas crianças.

b. DA MATÉRIA-PRIMA – PLÁSTICO ROTOMOLDADO

A Contratada deverá apresentar relatório de ensaio conforme ABNT NBR 16762 – Plásticos – Rotomoldagem, comprovando a qualidade da matéria-prima utilizada na fabricação dos playgrounds, contendo os seguintes ensaios:

- Ensaio de densidade por imersão da peça rotomoldada, com média máxima de 0,93 g/cm³;
- Ensaio de índice de fluidez (MFI), com média máxima de 3,8 g/10 min;
- Ensaio de temperatura de deflexão térmica (HDT), com média máxima de 70,5°C;
- Ensaio de temperatura de amolecimento Vicat, com média máxima de 116,5°C;
- Ensaio de tração da peça rotomoldada, contendo módulo de elasticidade máximo médio de 1,01 GPa e tensão de ruptura máxima média de 11,00 MPa;
- Ensaio de flexão da peça rotomoldada, contendo módulo elástico máximo médio de 0,85 GPa e tensão de flexão a 5% máxima média de 20,7 MPa;
- Ensaio de colorimetria do polímero/plástico rotomoldado, contendo no mínimo 3 medições, comprovando que os resultados gráficos de diferença de cor (ΔE^*) sejam inferiores a 4,80 após 5.000 horas de envelhecimento acelerado.

Os relatórios deverão demonstrar resistência da matéria-prima à radiação solar, durabilidade e manutenção das características físicas e estéticas dos equipamentos ao longo do tempo.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



c. DAS PARTES METÁLICAS – AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO

A Contratada deverá apresentar laudos e relatórios técnicos comprovando a qualidade das partes metálicas utilizadas nos equipamentos, incluindo:

a) Ensaio de corrosão

Relatório conforme ABNT NBR 8095:2015, com exposição mínima de 7.000 horas, demonstrando grau de enferrujamento RI0 (0% de área enferrujada), incluindo avaliação conforme:

- ABNT NBR 5841:2015;
- ABNT NBR ISO 4628-3:2022.

O relatório deverá possuir selo de conformidade do INMETRO e ser emitido por laboratório acreditado.

b) Pintura eletrostática

Comprovação da existência de revestimento em tinta epóxi por processo de pintura eletrostática a pó, com camada mínima média de 235 µm, conforme ABNT NBR 10443:2008, bem como comprovação de aderência da tinta conforme NBR 11003:2009, apresentando classificação Y0, sem destacamento da película.

d. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

a) Da entrega

O fornecimento e instalação dos playgrounds deverão ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Empenho, conforme solicitação da Administração.

Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nos locais indicados pela Contratante, sendo:

- EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi (Rua Jorge M. Yamauchi, 15 - Jafa);
- NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura (Avenida Faustina, 1050).

As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 08h às 16h.

Entregas realizadas fora do horário estabelecido poderão ser recusadas pela Administração.

No ato da entrega, a Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal.

b) Da conferência e substituição

Todos os produtos fornecidos serão conferidos no momento da entrega e instalação.

Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

- Rejeitar os produtos, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas;
- Determinar a substituição dos itens irregulares;
- Determinar complementação de quantidades ou partes faltantes;
- Rescindir a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Na hipótese de substituição ou complementação, a Contratada deverá providenciar a regularização no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação formal da Administração, mantidos os preços inicialmente contratados.

c) Das despesas e encargos

O transporte, descarga, instalação, montagem e demais despesas diretas e indiretas relacionadas ao fornecimento do objeto correrão integralmente por conta da Contratada.

Correrão também por conta e risco da Contratada todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

O Município de Garça/SP reserva-se o direito de não receber materiais em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas na legislação vigente.

e. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A futura contratada deverá apresentar:

- Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Qualificação técnica compatível com o objeto;
- Capacidade operacional para fornecimento e instalação dos equipamentos;
- Documentação exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

8. SUBCONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



Não será permitida a subcontratação total do objeto da presente contratação, em razão da necessidade de manutenção da responsabilidade técnica integral da empresa contratada quanto ao fornecimento, segurança, instalação e garantia dos equipamentos.

Admitir-se-á, excepcionalmente, a subcontratação parcial de serviços acessórios ou complementares, desde que previamente autorizada pela Administração Pública, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual.

A eventual subcontratação não eximirá a Contratada das obrigações assumidas perante a Administração, permanecendo integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, pelos prazos, encargos, garantias e demais obrigações previstas no contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de playgrounds e brinquedos recreativos infantis, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no respectivo Edital.

O fornecimento compreenderá a entrega, montagem, instalação, fixação e testes necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo todos os materiais, acessórios, ferramentas, mão de obra e demais insumos indispensáveis à completa execução contratual.

Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nas seguintes unidades escolares da rede municipal de ensino:

- EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi (Rua Jorge M. Yamauchi, 15 - Jafa);
- NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura (Avenida Faustina, 1050).

A execução deverá observar rigorosamente os prazos, especificações técnicas, normas de segurança, certificações e demais exigências previstas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável.

A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente a ABNT NBR 16071:2021 – Playgrounds, bem como demais normas relacionadas à segurança, resistência estrutural, qualidade dos materiais e prevenção de acidentes.

Os equipamentos deverão ser instalados em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observando critérios de segurança, acessibilidade, nivelamento do solo, estabilidade estrutural e adequada utilização pelas crianças.

A execução contratual deverá ocorrer de modo a minimizar impactos no funcionamento das unidades escolares, cabendo à Contratada adotar todas as medidas necessárias para garantir segurança aos alunos, servidores e demais usuários durante a instalação dos equipamentos.

O prazo máximo para entrega e instalação dos playgrounds e brinquedos será de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Empenho.

Concluída a instalação, os equipamentos passarão por conferência e recebimento provisório pela fiscalização designada pela Administração, sendo posteriormente emitido o recebimento definitivo, desde que constatada a plena conformidade do objeto contratado.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ao qual incumbirá acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, responsabilizando-se pela verificação da entrega, instalação e conformidade dos materiais fornecidos.

Compete à fiscalização:

- I – Acompanhar a execução contratual em todas as suas etapas;
- II – Verificar o cumprimento das especificações técnicas, normas de segurança e demais exigências previstas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada;
- III – Conferir os equipamentos entregues, observando quantidades, qualidade, integridade e funcionamento;
- IV – Solicitar correções, substituições ou complementações quando constatadas irregularidades;
- V – Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- VI – Emitir parecer quanto ao recebimento provisório e definitivo do objeto;
- VII – Comunicar à autoridade competente eventual descumprimento contratual para adoção das medidas cabíveis;
- VIII – Zelar pela fiel execução do contrato e pela observância do interesse público.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto à perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, defeitos ou danos decorrentes da execução contratual.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, determinando sua substituição ou adequação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do respectivo empenho e deverá ser encaminhada ao Departamento de Controle da Prefeitura Municipal de Garça.

11.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

11.6. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Garça.

11.7. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Garça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

11.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução da ata de registro de preços serão aplicadas as infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 9.942/2023, instruídos pelos Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos das seguintes emendas impositivas:

- Emenda Impositiva nº 45 – Luiz Antonio Menabô (“Luizinho Barbeiro”);
- Emenda Impositiva nº 38 – Elaine Oliveira.

Os recursos orçamentários serão devidamente consignados na dotação específica do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da legislação financeira e orçamentária aplicável.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor ocorrerá mediante realização de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas, de qualidade, segurança e habilitação previstas neste Termo de Referência e no Edital.

A empresa vencedora deverá apresentar playgrounds e brinquedos que atendam rigorosamente às normas técnicas aplicáveis, certificações obrigatórias e critérios de segurança exigidos pela Administração Pública.

A exigência de apresentação de laudos, certificações e relatórios técnicos possui caráter estritamente técnico e preventivo, visando assegurar a aquisição de materiais de qualidade, durabilidade e segurança para utilização pelas crianças da rede municipal de ensino.

Considerando que os playgrounds serão utilizados em ambiente escolar por crianças de diferentes faixas etárias, torna-se indispensável a comprovação da resistência, estabilidade estrutural e adequação dos materiais empregados na fabricação dos equipamentos.

Os brinquedos e playgrounds possuem como principais matérias-primas o ferro, solda, tintas, plástico rotomoldado e madeira plástica, razão pela qual se faz necessária a apresentação de laudos que comprovem a qualidade técnica e segurança desses materiais.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



A exigência de ensaios de resistência à corrosão conforme ABNT NBR 8095:2015 justifica-se pela necessidade de comprovação da durabilidade e resistência das partes metálicas submetidas às condições climáticas externas, considerando que os equipamentos permanecerão expostos continuamente à ação do tempo, umidade, chuva e radiação solar.

Referidos testes reproduzem condições severas de exposição atmosférica, possibilitando verificar a resistência do material e a ausência de corrosão ou comprometimento estrutural, garantindo maior vida útil aos equipamentos.

Da mesma forma, os relatórios de ensaio de tração e flexão são fundamentais para comprovar a resistência estrutural dos brinquedos, considerando que os equipamentos serão instalados em unidade escolares municipais, sujeitos à utilização simultânea por diversas crianças, sem controle individual permanente de uso.

Os testes de carga aplicados às estruturas metálicas, plásticos rotomoldados, madeira plástica e componentes de fixação visam demonstrar a capacidade de suporte dos equipamentos, reduzindo riscos de rompimentos, acidentes e danos aos usuários.

Também se mostram essenciais os laudos relativos à fosfatização do ferro, grau de enferrujamento, aderência da pintura e qualidade dos revestimentos utilizados, garantindo proteção contra corrosão, desgaste precoce e utilização de materiais não tóxicos, adequados ao contato infantil.

A Administração Pública possui o dever de buscar a contratação mais vantajosa, observando não apenas o menor preço, mas também critérios de qualidade, segurança, durabilidade e eficiência, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A exigência de conformidade com a ABNT NBR 16071:2021 mostra-se indispensável para garantir a segurança das crianças, uma vez que a norma estabelece requisitos técnicos relacionados à qualidade, ergonomia, conforto e prevenção de acidentes em playgrounds infantis.

A referida norma considera aspectos relacionados a pontos móveis e fixos, riscos de aprisionamento, esmagamento, beliscamento, cortes, quedas e demais situações potencialmente lesivas, assegurando ambiente recreativo adequado e seguro para utilização infantil.

Assim, a observância das normas técnicas e certificações exigidas visa garantir que os equipamentos adquiridos apresentem elevados padrões de qualidade, segurança e durabilidade, promovendo a adequada aplicação dos recursos públicos e a proteção integral das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando as informações, justificativas técnicas e administrativas apresentadas ao longo deste Termo de Referência, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e às demandas das unidades escolares EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi e NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura.

A aquisição e instalação de playgrounds e brinquedos recreativos infantis visa promover a melhoria da infraestrutura educacional municipal, proporcionando ambientes seguros, acessíveis e apropriados ao desenvolvimento integral das crianças, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com as políticas públicas voltadas à primeira infância e com os direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Restou demonstrado que os atuais equipamentos encontram-se desgastados e inadequados para utilização segura pelas crianças, tornando necessária a substituição por estruturas modernas, resistentes e certificadas, capazes de assegurar condições adequadas de recreação, convivência, aprendizagem lúdica e desenvolvimento psicomotor.

Verificou-se, ainda, que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, considerando não apenas o custo inicial da contratação, mas também aspectos relacionados à durabilidade, resistência, manutenção, qualidade dos materiais e segurança dos usuários ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos.

As exigências técnicas, certificações, laudos e normas estabelecidas neste Termo de Referência possuem fundamentação técnica e objetiva, destinando-se exclusivamente à garantia da qualidade, segurança e durabilidade dos playgrounds e brinquedos a serem adquiridos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a proteção da integridade física das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.

Os recursos orçamentários necessários encontram-se previstos por meio das Emendas Impositivas nº 45 – Luiz Antonio Menabó (“Luizinho Barbeiro”) e nº 38 – Elaine Oliveira, demonstrando viabilidade financeira para execução da contratação.

Diante do exposto, esta Secretaria manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação dos playgrounds e brinquedos recreativos descritos neste Termo de Referência.

Por fim, entende-se que a presente contratação representa medida necessária, conveniente e oportuna para fortalecimento das políticas públicas educacionais do Município, contribuindo diretamente para a promoção do bem-estar, inclusão, desenvolvimento e qualidade de vida das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO II - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

1. HABILITAÇÃO

1.1 - O Pregoeiro convocará, via Plataforma, a empresa classificada em primeiro lugar o encaminhamento dos documentos de habilitação previstos neste edital, devendo ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas nos termos do item 7.8 deste edital.

1.2 - Os licitantes poderão substituir os documentos de habilitação pelo registro no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

1.3 - Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam todos os requisitos exigidos neste Edital, o Pregoeiro solicitará ao licitante vencedor a apresentação dos documentos complementares pertinentes à licitação por meio eletrônico, no prazo determinado no item 1.1 deste Anexo II.

1.4 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

1.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

1.6 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

1.7 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

1.8 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.8.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

1.8.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.8.3 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.8.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.8.5 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

1.9 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.9.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, preferencialmente assinados digitalmente, todos os documentos solicitados no item 1.3 deste Anexo II.

1.9.2 - Nos termos do inciso II, art. 63 da Lei 14.133/2021 será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

1.9.3 - Os licitantes poderão substituir os documentos de habilitação pelo registro no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

1.9.4 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos estabelecidos no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



1.10.1 Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- e) Certidão expedida pela Junta Comercial, emitida no ano corrente, para comprovação de condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.10.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- c) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
 - d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual poderá se dar através da Certidão de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa a Tributos Mobiliários, da sede ou do domicílio da licitante, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa;
- f) Certificado de Regularidade do F.G.T.S. (CRF), dentro do prazo de validade, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011).www.tst.gov.br

1.10.3. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do Anexo VI;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo VI;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo VI;
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal**, conforme modelo do Anexo VI.
- e) Cumpre as exigências de reserva de **cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo VI.
- f) **Cumpra plenamente as exigências e os requisitos de habilitação** previstos no instrumento convocatório, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame, conforme modelo do Anexo VI.
- g) Possui os requisitos legais exigidos pela Lei Complementar n.º 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, para a **qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte** e que ainda não celebrou no exercício em cursos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo VI.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



h) Os **documentos apresentados de origem não eletrônica conferem com os seus respectivos originais**. Em caso de declaração falsa, fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do que dispõe o art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 13.726/2018, conforme modelo do Anexo VI.

1.10.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- a.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- a.2) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

1.10.5. Documentação complementar

- a) Qualificação técnica compatível com o objeto;
- b) Capacidade operacional para fornecimento e instalação dos equipamentos;
- c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

1.11 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples contendo autenticação digital.

1.12 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.13 - A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo em sede de diligência, nos termos estabelecidos no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

1.14 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

1.15 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.16 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.17 - A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO III - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para a aquisição dos objetos da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 056/2026, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total do item, de acordo com o Anexo I do Edital.

Itens	Proc	Unid.	Produtos	Marca/Fabricante	Preço unitário (R\$)
...		...			..
PREÇO TOTAL DA PROPOSTA:					R\$
VALOR POR EXTENSO:					

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da realização da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO IV - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GARÇA E A EMPRESA “.....”, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS PARA OS ALUNOS DA EMEIEF PROFª NORMA MÔNICO TRUZZI E NEI JULIO (JULINHO) MARCONDES DE MOURA, ATRAVÉS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 38 E 45.

Aos (.....) dias do mês de de 2026 (dois mil e vinte e seis), nas dependências da Prefeitura Municipal de Garça, sita à Praça Hilmar Machado de Oliveira nº 102, nesta cidade de Garça, Estado de São Paulo, as partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE GARÇA**, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo Secretário Municipal de, Sr., portador do R.G. nº e CPF nº, domiciliado na cidade de/SP, adiante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, Inscrição Estadual nº, com sede na cidade de, à Rua nº, aqui representada por seu, Sr., portador do R.G. nº, C.P.F. nº, residente e domiciliado na cidade de, a seguir denominada **CONTRATADA**, tem entre si justo e acertado o estabelecido nas cláusulas abaixo, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O contrato é celebrado em complemento à licitação realizada pelo **CONTRATANTE**, através do Pregão Eletrônico nº 056/2026, à qual fica este vinculado para todos os efeitos, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, considerada vencedora e tem por objeto a aquisição de playgrounds para os alunos da EMEIEF Profª Norma Mônico Truzzi e NEI Julio (Julinho) Marcondes De Moura, através das emendas impositivas nº 38 e 45, de acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Edital, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o(s) produto(s) referido(s) na cláusula anterior, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas e exigências constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2026, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **CONTRATADA** deverá atender ainda as seguintes exigências:

a-) Arcar com todas as despesas para o efetivo atendimento ao objeto deste contrato, tais como: seguro, transporte, frete, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer em dia e horário normal de funcionamento da Prefeitura Municipal de Garça;

b-) Sanar as irregularidades no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito do **CONTRATANTE**, mantendo o preço inicialmente contrato;

c-) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

d-) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

e-) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

f-) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Anexo I - Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

g-) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



h-) Fornecer e instalar os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada;

i-) Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, descarga, montagem, instalação e demais custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto;

j-) Entregar os equipamentos devidamente montados, instalados e em perfeitas condições de uso e segurança;

k-) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

l-) A contratada deverá apresentar, os documentos técnicos vigentes que comprovem a certificação, segurança e qualidade dos equipamentos fornecidos, constantes no Termo de Referência e neste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do(s) equipamento(s), objeto deste contrato, o valor global de R\$ (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO – O preço constante desta Cláusula não será passível de reajuste em nenhuma hipótese, estando incluso no mesmo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

§ 1º O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

§ 2º A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do Contrato.

§ 3º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do serviço/objeto do contrato, emitindo o Termo de Recebimento, através do Gestor ou Fiscal designados.

§ 4º A Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do respectivo empenho e deverá ser encaminhamento ao Departamento de Controle da Prefeitura Municipal de Garça.

§ 5º As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

§ 6º A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Garça.

§ 7º Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Garça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 8º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 9º Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

§ 10º Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



§ 11º Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

§ 12º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 13º A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura e encerrará na data do vencimento do prazo de garantia do(s) produto(s), objeto deste contrato.

§ 1º - O prazo máximo para entrega e instalação do(s) produto(s) é de 20 (vinte) dias, a partir do recebimento da ordem de empenho, devendo o mesmo ser entregue e instalado nos locais indicados pela Contratante, sendo:

- EMEF Prof.^a Norma Mônico Truzzi (Rua Jorge M. Yamauchi, 15 - Jafa);
- NEI Prefeito Julio “Julinho” Marcondes de Moura (Avenida Faustina, 1050).

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

§ 1º – O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA.

§ 2º – O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 3º - A CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE incólume de todo processo e/ou ação judicial ou administrativa, reivindicações de seus empregados, reclamações trabalhistas em geral e demandas de terceiros (inclusive e especialmente relativas a lesões pessoais, morte, perda patrimonial, perdas e danos em geral, multas, honorários advocatícios e custas processuais) decorrentes, direta ou indiretamente, da relação de emprego por ela mantida, sendo neste particular, em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora, ou de ação, omissão, culpa ou dolo da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos e de suas subcontratadas, responsabilizando-se, em ambos os casos, pelo ressarcimento, devidamente atualizado, de eventuais condenações e quaisquer despesas que vierem a ser imputadas ao CONTRATANTE, administrativa ou judicialmente, a que título for, decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO, PENALIDADES E RESCISÃO.

Pela inexecução contratual serão aplicadas as infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 9.942/2023.

§ 1º - Em ocorrendo a hipótese de rescisão a parte que a ela tiver dado causa indenizará a outra por eventuais prejuízos.

§ 2º - Nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II – Multa conforme Decreto Municipal nº 9.942/2023 anexo ao edital;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



§ 3º - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

§ 4º - A sanção prevista no inciso I do § 2º será aplicada exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 5º - A aplicação da multa prevista no inciso II do § 2º deste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber.

§ 6º - Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que os casos omissos sujeitar-se-ão às normas do Código Civil, pertinentes aos contratos.

§ 7º - Ficam conferidas ao CONTRATANTE as prerrogativas do artigo 104 da Lei 14.133/2021, sendo que os casos omissos sujeitar-se-ão às normas do Código Civil, pertinentes aos contratos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME JURÍDICO

Ficam conferidas ao **CONTRATANTE** as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo que os casos omissos se sujeitam às normas do Código Civil, pertinentes aos contratos.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

§ 1º - Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto do contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - CRITÉRIOS DE REAJUSTE/REEQUILÍBRIO

§ 1º - O contrato decorrente deste certame licitatório vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante acordo entre as partes, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º - Os preços contratados permanecerão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato, admitida sua revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, bem como na hipótese de comprovada redução dos preços praticados no mercado.

§ 3º - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Municipal, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas aqui referidas serão custeadas pelas dotações próprias do orçamento vigente: **1004 - 12.365.1200.1201.0010 4.4.90.52.00 - Equipamentos E Material Permanente / Ensinos**, já compromissados em valores compatíveis com o do objeto a ser adquirido e pelas dotações próprias do exercício seguinte, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Será competente para dirimir dúvidas ou litígios resultantes deste contrato o foro da Comarca de Garça, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes com o acima estipulado, as partes firmam este instrumento, lavrado no livro próprio, extraindo-se cópias para execução.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



CONTRATADA

PROCURADOR

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO V - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Garça, ____ de _____ de ____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE E RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

GESTOR(RES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO VI - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA/SP

A Empresa _____, sediada na rua _____, nº _____, _____(cidade) _____(estado), inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei:

1. que tomou conhecimento de todas as informações, condições, e cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº .../2025;
2. que, nos termos do artigo 62 e 63, da Lei Federal nº 14.133/21, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
3. que na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº .../2025, instaurado pelo Município de Garça/SP, não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração do município de Garça/SP;
4. que na qualidade de proponente do procedimento licitatório supracitado, instaurado pela Prefeitura Municipal de Garça/SP, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
5. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
6. que os serviços são prestados por empresa que comprova cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, assim como em atendimento ao disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
7. que os documentos apresentados de origem não eletrônica conferem com os seus respectivos originais. Em caso de declaração falsa, fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do que dispõe o art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 13.726/2018;
8. que possui os requisitos legais exigidos pela Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte e que ainda não celebrou no exercício em curso, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º do Artigo 4º da Lei 14.133/2021.

_____, ____ de ____ de 2025.

(Nome, CPF do Declarante e assinatura digital)



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO VII - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

DECRETO Nº 9.829/2023

DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO NO PAGAMENTO A FORNECEDORES REFERENTES A CONTRATAÇÃO DE BENS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990;

Considerando o disposto no Inciso I do artigo 158 da Constituição Federal, segundo o qual pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre o pagamento, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

Considerando a tese fixada no Tema nº 1130 de Repercussão Geral que deu interpretação conforme a Constituição Federal, do Artigo 64 da Lei Federal nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996, para atribuir aos municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicada pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e na Instrução Normativa RFB nº 2145 de 26 de junho de 2023;

Considerando que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no Artigo 11 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Receita do Município de Garça;

Considerando o contido no Memorando 1Doc. nº 19.888/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Municipal, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, deverão proceder a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto neste Decreto;

Art. 2º A partir de 23 de agosto de 2023, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda – IR, incidente sobre os pagamentos destinados à pessoas físicas ou jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e na Instrução Normativa RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023, ou em norma que vier a alterá-las ou substituí-las, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

- I – Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;
- II – As Autarquias;

§ 1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou serviços para entrega futura.

§ 2º Os valores retidos a título de imposto de renda incidente sobre os valores pagos a qualquer título pelas entidades integrantes da Administração Municipal Direta e Indireta deverão ser ingressados ao cofre público, até o dia 10 do mês subsequente ao do pagamento do fornecedor do bem ou do prestador de serviço.

Art. 3º A obrigação de retenção do Imposto de Renda – IR alcançará todos os contratos e relações de compras ou pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no Artigo 2º.

§ 1º As entidades referidas no Artigo 2º não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do Artigo 33 da Lei Federal nº 10.833 de 2003.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



§ 2º Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda – IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencadas no Artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012.

Art. 4º As alíquotas do Imposto de Renda retido na fonte aplicáveis aos pagamentos de valores pelas entidades municipais referidas no artigo 2º, são aquelas estabelecidas pela Lei Federal nº 9.430/96 e pelo Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e suas alterações, que fará parte integrante deste decreto.

Art. 5º Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança de bens ou dos serviços contratados, que contenham código de barras, deverão ser informados o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado e os valores do IR a serem retidos na operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido deduzido das respectivas retenções, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento destas ao órgão ou à entidade adquirente do bem ou tomador dos serviços.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às faturas de cartão de crédito.

Art. 6º Os contratados deverão ser notificados do disposto neste Decreto para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados e para fins exclusivos do IRRF, passem a observar o disposto no Artigo 64, § 5º, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no Artigo 15 da Lei Federal nº 9.249 de 1995 e na IN RFB nº 1.234 de 2012.

Art. 7º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionadas no artigo 2º.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Garça, 22 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrado e publicado no Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.
PJ.-

BIANCA CAMPOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



ANEXO VIII - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 056/2026

DECRETO N.º 9.942/2023

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DAS MULTAS PREVISTAS NA LEI NACIONAL Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990;

Considerando o Memorando 1Doc nº 30.340/2023, do Departamento de Contratos e Licitações.

D E C R E T A

Art. 1º A aplicação da multa a que se refere o § 3.º do artigo 156 da Lei Nacional nº 14.133 de 2021, obedecerá às normas estabelecidas no presente Decreto, exceto quando houver normatização específica.

Art. 2. A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

- I. no caso de obras, serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 5% do valor do ajuste;
- II. no caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 10% do valor do ajuste.

Art. 3º A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa na seguinte conformidade:

- I. no caso de obras, serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% do valor do ajuste;
- II. no caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 20% do valor do ajuste.

Art. 4º A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa na seguinte conformidade:

- I. no caso de obras e serviços de engenharia, 5% do saldo financeiro não realizado;
- II. no caso de compras e prestação de serviços não contínuos, 15% do saldo financeiro não realizado;
- III. no caso de prestação de serviços contínuos, multa de 20% por dia de inexecução, calculada sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa diária, na seguinte conformidade:

- I. no caso de obras e serviços de engenharia, será 0,05% calculados sobre o valor da medição;
- II. no caso de compras e prestação de serviços não contínuos, será de 0,05% a partir do 31º dia, calculados sobre o valor correspondente ao saldo financeiro não realizado;
- III. no caso de prestação de serviços contínuos, 30%, calculados sobre o valor previsto por dia.

Parágrafo único. A multa por atraso não poderá exceder a 25% do saldo financeiro não realizado.

Art. 6º Para os contratos firmados com fundamento no art. 75, incisos VII e VIII da Lei Federal 14.133/21, as multas previstas nos artigos 2º ao 5º terão seus percentuais acrescidos em 10%.

Parágrafo único. A multa por atraso não poderá exceder a 25% do saldo financeiro não realizado.

Art. 7º Os valores das multas serão descontados dos pagamentos devidos ao contratado ou da garantia do contrato, inexistindo estes, deverão ser recolhidos pelo contratado no prazo de 30 dias a contar da data da aplicação da penalidade ou do indeferimento do recurso, sob pena de cobrança judicial.



Prefeitura Municipal de Garça
Estado de São Paulo
Departamento de Contratos e Licitações



Art. 8º Decorrido o prazo para pagamento, as multas serão corrigidas monetariamente, de acordo com índice oficial adotado pelo Município, até a data de seu recolhimento.

Art. 9º As multas estabelecidas neste Decreto são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Art. 10. As normas estabelecidas neste Decreto deverão integrar, sob forma de anexo, os instrumentos convocatórios de licitações e os contratos ou instrumentos equivalentes de que trata este Decreto.

Art. 11. Além das situações peculiares previstas no artigo 6º, as disposições deste Decreto aplicam-se, também, às demais contratações resultantes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 19 de dezembro de 2023.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrado e publicado neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.
PJ.

BIANCA CAMPOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FFBA-DF38-3537-5523

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIEL MESQUITA DE ARAUJO (CPF 218.XXX.XXX-29) em 17/07/2026 07:59:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



AMANDA QUINALHA DINIZ (CPF 342.XXX.XXX-45) em 17/07/2026 09:23:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://garca.1doc.com.br/verificacao/FFBA-DF38-3537-5523>